

As universidades e seu papel social: ressonâncias, dissonâncias e transmutações

Fernanda Nichterwitz ¹

Resumo: O presente artigo é um recorte de uma pesquisa de doutorado sobre a cultura política e a expansão das universidades no Brasil, de 2003 a 2013, e visa apresentar um resumo da trajetória da instituição “universidade” no mundo ocidental, desde o século XVI, e dos modelos que lhe foram subsequentes e implementados em diversos países, e no Brasil, a partir de bibliografia que se centra nos estudos de S. Schwartzman, M. Chauí, R. Motta e Boaventura Santos. Assim, a problematização centraliza-se em uma breve reflexão sobre a universidade no Brasil e um questionamento sobre sua expansão ocorrida nos últimos 20 anos, que ampliou sua função social de formadora de elites para de agente democratizadora. Para tanto, utilizaremos os dados da expansão da universidade no Brasil dos anos 2000, e articularemos os conceitos de campo e autonomia, a partir de Pierre Bourdieu, e de cultura política, a partir de Motta.

Palavras-chave: universidade; universidade no Brasil; expansão do ensino superior; papel social da universidade.

Universities and their social role: resonances, dissonances and transmutations

Abstract: This article is an excerpt from a doctoral research about the political culture and expansion of universities in Brazil, from 2003 to 2013, and aims to present a summary of the trajectory of the "university" institution in the Western world, since the sixteenth century, and the models that were subsequent to it and implemented in several countries and Brazil. The main bibliography focuses on the studies of S. Schwartzman, M. Chauí, R. Motta and Boaventura Santos. Thus, the problematization is centered on a brief reflection on the history of the universities in Brazil and its expansion in the last 20 years, which has expanded its social function from forming elites to democratizing agency. Finally, we will use data from the expansion of the public university in Brazil in the 2000s.

¹ Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo – USP. Bolsista de Doutorado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Mestra, licenciada e bacharel em História. E-mail: fernandanich@usp.br

Keywords: University; Brazil's university; Higher education expansion; universitie's social function.

Por que pensar a universidade?

À medida que novos governos alçam mando na esfera federal (por via democrática ou golpe de estado) e há alteração da ordem vigente (para cunho neoliberal, social-democrata, etc.), novas políticas públicas² alinhadas às propostas governamentais são implementadas e impactam a rotina da universidade e de seus personagens. Considerando esta problemática, abordaremos neste artigo um preâmbulo da criação da instituição “universidade”, considerando os modelos “originários” (como os europeus) e os pontos de ressonância entre as ideias sobre as instituições que foram criadas no mundo e que consolidaram modelos para as versões que temos no Brasil.

Tal debate é relevante para a compreensão do processo de expansão da universidade pública que observamos no país, desde os anos 2000, e para o entendimento dos impactos de tal ampliação na vivência dos agentes e personagens envolvidos nestes espaços. Assim, é importante estarmos cientes do que se trata o objeto de estudo “universidade” e sabermos a sua função social, quais estigmas reproduz, quais desigualdades sociais supera ou reafirma e como os nossos comportamentos, como membros dessa comunidade, reforçam estereótipos ou transformam esse espaço em local de acolhimento, de acesso e de democratização.

A universidade, hoje, é um microcosmo com certa autonomia (sabe-se que, em 2023, a autonomia não é completa, ainda que a universidade a possua na letra da lei) e que comporta uma série de relações internas que se definem e redefinem diariamente com base em arquétipos³ sociais. Considerando o pesquisador francês

² Por “políticas públicas” tomamos um conjunto de ações e programas desenvolvidos pelo Estado para colocar em prática direitos previstos em Constituição, além de ações (em conjunto) que visam assegurar a cidadania e que podem versar no campo da educação, saúde, justiça e economia.

³ Aqui mencionamos arquétipo referenciando um conceito da psicologia que, desenvolvido por Carl Jung, representa padrões de comportamento associados à personagens ou papéis sociais e que estão no inconsciente coletivo social, ou seja, ideias que são anteriores às experiências do indivíduo. Aqui podemos tomar como exemplo a noção de autoridade, “o sábio”, “o rebelde”, etc., nas atitudes de

Pierre Bourdieu, podemos considerar o espaço das universidades como um “campo”, ou seja, um “espaço relativamente autônomo, dotado de suas próprias leis”. Para o autor, quanto mais autônomo o campo é, mais refração ele manifesta, assim, “mais as imposições externas serão transfiguradas, a ponto, frequentemente de se tornarem perfeitamente irreconhecíveis”.⁴

A tendência é que, nesse campo autônomo, os posicionamentos (políticos, sociais, econômicos, etc.) dos agentes envolvidos vão tornando-se cada vez mais uniformes, homogêneos, ainda que em disputa. Assim, quanto mais prestígio um grupo possui dentro de uma instituição autônoma, maior a tendência de buscar

a conservação da estrutura [...], e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições⁵

Isso se dá, pois o campo aciona “mecanismos,..., para se libertar dessas imposições externas e ter condições de reconhecer apenas suas próprias determinações internas”⁶. Ou seja, quanto mais homogêneo e poderoso é um grupo dentro de uma instituição autônoma, mais refratária tal instituição é às demandas externas. Portanto, quando analisamos os processos de expansão da universidade pública como demandas *top-bottom*⁷, externas, que alteram a configuração de um espaço que já possui seu funcionamento interno consolidado, podemos compreender o quanto a universidade pública foi e é refratária a algumas políticas públicas e aos processos de ampliação ao acesso e democratização do ensino superior.

professores e de alunos nas relações de poder que constroem no cotidiano do espaço acadêmico. In: JACOBI, Jolande. *Complexo, arquétipo e símbolo na psicologia de C. G. Jung*. Petrópolis: Vozes, 2017.

⁴ BOURDIEU, Pierre. *Os usos Sociais da Ciência*. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

⁵ Idem. p. 29.

⁶ Idem. p. 21.

⁷ Para saber mais sobre as demandas bottom-top e top-bottom verificar: NASCIMENTO, Francivaldo dos Santos, HELAL, Diogo Henrique. Expansão e interiorização das universidades federais: uma análise do processo de implementação do campus do litoral norte da universidade federal da Paraíba. *Revista GUAL*, Florianópolis, v.8, n.1, p. 45-67, jan. 2015.

Podemos elencar, nos anos 2000, alguns projetos governamentais significativos voltados para o Ensino Superior no Brasil: na esfera privada há o Fies (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), criado em 2001, e ProUni (Programa Universidade para Todos), de 2004/2005; e na esfera pública, o Programa Expandir, de 2003, e o REUNI (Programa de apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), de 2007. Todos contribuíram para transfigurar a relação entre universidade e sociedade no país e, principalmente, as expectativas com relação às funções das instituições de ensino superior no Brasil, já que, de forma geral, ampliaram vagas e acesso ao Ensino Superior. Com tais programas, a universidade ficou mais acessível e o diploma de graduação menos excludente e exclusivo.

Além disso, após implementados, tanto no espaço público como nas instituições privadas, os programas acima mencionados reconfiguraram também o trabalho desempenhado dentro de tais espaços e mudaram significativamente as origens sociais dos personagens envolvidos e as relações entre professores, alunos e técnicos administrativos⁸. Tais alterações de rotina, regras e funcionamento gerou refrações (e aceitações) por parte dos mais variados agentes, que não abordaremos neste artigo, mas que levam às principais reflexões aqui pontuadas: qual a função da universidade? O quanto ela deixou-se transformar pelas demandas externas? O quanto ela refratou das políticas públicas democratizantes dos anos 2000?

Portanto, compreender a trajetória da universidade, desde seu início no século XV, seus modelos e suas funções sociais é fundamental para entender o funcionamento atual de tais instituições, compreender as suas permanências, ressonâncias, dissonâncias e refrações e para projetar e planejar o futuro. Tais reflexões são ainda mais importantes para compreender o quanto a universidade dos anos 2000, aceitou, ou não, as propostas ou imposições governamentais para alterar a sua forma de funcionamento, e para compreender como o seu processo de

⁸ Para saber mais sobre as alterações de relações entre personagens das universidades federais criadas nos anos 2000, verificar: NICHTERWITZ, Fernanda. *As Fronteiras de uma Universidade: o município de Realeza/ PR e a Instalação do Campus da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS)*. Dissertação (Mestrado em História) – Unioeste, Marechal Cândido Rondon, PR, 2017.

expansão no Brasil se colocou como uma imposição que, de alguma forma, as universidades tentaram e tentam transfigurar.

A universidade, sua criação e a sua função social originária: uma trajetória a partir do século XV

O presente nos faz realizar perguntas ao “passado próximo” que nos impactam profundamente, ainda mais para aqueles que, como nós, estão inseridos física e intelectualmente no objeto de pesquisa aqui estudado, a universidade: “quais serão os desdobramentos do desenvolvimento tecnológico, científico e profissional na universidade da sociedade dos 2020, especialmente, pós pandemia?”, “como a universidade, estruturada em lógica do século XV e XVI se comportará após os desdobramentos dos anos 20 do século XXI?”, “a universidade de tijolos será substituída pela universidade do clique”?⁹

A pandemia de Coronavírus¹⁰, no Brasil, iniciada em março de 2020, acabou por aproximar o público leigo do espaço virtual das universidades consideradas tradicionais por meio da possibilidade de acesso on-line aos cursos e palestras. Observamos isso na alta procura por cursos e atividades intelectuais no período. Na tentativa de a Universidade de São Paulo realizar inscrições para cursos de inverno, em julho de 2020, foram disponibilizados 71 turmas e 4125 vagas gratuitas. No primeiro dia de matrículas, 14 de julho de 2020, os acessos foram tantos que a plataforma Apolo enfrentou uma série de problemas técnicos por conta das milhares de pessoas procurando por matrículas (aceitas por ordem de inscrição), advindas de

⁹ SALMI, Jamil. Novos desafios para o ensino superior no século XXI. In: SCHWARTZMAN, Simon. *A Educação Superior na América Latina e os desafios do século XXI*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p. 63

¹⁰ Para saber mais sobre a pandemia de coronavírus no Brasil e sobre seus impactos no ensino superior, tanto na formação de profissionais da educação, como na saúde mental dos estudantes, ver: GONÇALVES, N. C. A., SANTOS JR., R., MIYAZAKI, M. C. O. S., ANDRÉ, J. C., CASTIGLIONE, L.. Pandemia do Coronavírus e Ensino Remoto Emergencial: Percepção do Impacto no Bem-Estar de Universitários. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*. Uruguai. Vol. 11, 3, p. 40-59, nov. 2021-abril 2022; e MOREIRA, N. C. A., SANTOS, L. F., SOUZA, W. M., QUEZADO, J. A. T., PINHEIRO, A. A. G., QUEIROZ, Z. F., Os desafios na formação de profissionais de educação em época de pandemia. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 11, p.1-16, nov. 2020.

todas as partes do Brasil, inclusive do exterior. Isso impossibilitou, inclusive, a realização de alguns dos cursos, como *Harry Potter: caminhos interpretativos*¹¹.

Para além das mudanças com relação à pandemia e ao aumento da possibilidade de a universidade pública passar a ser “do clique”, há alguns anos observamos uma mudança significativa no papel social da universidade, que por muito tempo foi o de formar as elites pensantes e de preparar a classe política de um país¹². Recentemente, notamos que a universidade tem assumido (não por vontade própria, ou institucional, mas política, advinda de um projeto bem formulado) o papel de prover mobilidade social àqueles que há muito não têm acesso a ela, e ainda de promover desenvolvimento regional em polos distantes das capitais brasileiras ou do litoral, de forma geral. Assim,

nesse processo, as universidades tradicionais, que funcionavam como ilhas relativamente isoladas, se transformaram profundamente e se viram atropeladas por uma grande variedade de novas instituições públicas e privadas que têm pouco a ver, aparentemente, com os ideais das instituições que, no passado, lhes serviram de modelo.¹³

Para Schwartzman, as universidades sempre foram, e continuam sendo, parte da tradição iluminista de valorização da competência, da liberdade, do conhecimento, da oportunidade de pesquisar e comunicar ideias diversas e valores considerados importantes para a sociedade e humanidade¹⁴. Na Europa, local de nascimento de tais instituições no mundo ocidental, as universidades se constituíram como corporações organizadas por alunos, que ao longo dos anos passaram a depender do Estado e da Igreja Católica, mas que se livraram desta dependência aos poucos, transformando-se em instituições autônomas. Em Bolonha, Itália, os estudantes a

¹¹ COMUNICAÇÃO FFLCH USP. *Nota de esclarecimento sobre os cursos de inverno 2020*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Ago. 2020.

¹² SALVATORE, Ricardo. Saber Hemisférico y dissonâncias locais. Leo S. Rowe em Argentina, 1906-1919, pp. 327-365. In.: SALVATORE, Ricardo (dir.) *Los lugares del saber*. Contextos locales y redes transnacionales em la formación del conocimiento moderno. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2007.

¹³ SCHWARTZMAN, Simon. A Educação Superior e os desafios do século XXI: Uma introdução. In: SCHWARTZMAN, Simon. *A Educação Superior na América Latina e os desafios do século XXI*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p. 9.

¹⁴ Idem. p. 19.

controlaram por alguns períodos e, em outros, as universidades foram organizadas pelas corporações de professores (assim como nos *Colleges* britânicos e em Paris, França).

No fim do século XVIII, as universidades se consolidaram em três modelos distintos que se organizaram a partir da lógica do Renascimento, provocado pelo crescimento das cidades: o francês, o alemão e o inglês. As universidades passaram, então, a ser produto da Revolução Industrial, que fortaleceu os Estados Nacionais do século XIX. Além dos três modelos pontuados acima, Simon Schwartzman apresenta um modelo tardio, o norte-americano¹⁵, que se consolidou a partir do século XX e tornou-se referência mundial.

O modelo francês, mais conhecido pelo das *écoles*, se constituiu com o decreto de 1793 (pós-Revolução Francesa), e tinha como propósito preparar os alunos para assumirem os altos cargos públicos. Assim, havia um predomínio das áreas exatas, como engenharias e matemática. Com isso, surgiu o “modelo napoleônico de educação superior”, no qual todo o sistema universitário era administrado pelo governo central, sendo os professores funcionários do governo. Porém, logo no século seguinte, XIX, as universidades francesas de modelo anterior foram reestabelecidas e se consolidaram como “bastião dos valores leigos e seculares em disputa com a Igreja”¹⁶, mas não sendo mais hegemônicas como o padrão de *écoles* napoleônico.

O modelo alemão se constituiu no século XIX, mais especificamente em 1810, na Prússia, com a criação da Universidade de Berlim, fundada por Wilhelm von Humboldt. O modelo é conhecido por integrar o ensino e a pesquisa¹⁷ e a filosofia e o direito (*Wissenschaft*). Este modelo de universidade, conhecido como “de saber”, possui maior prestígio, atuando como espaço fundamental para a profissão acadêmica. Entre seus ideais estão a expressão ética e intelectual de um *Kulturstaat*

¹⁵ Modelo que se refere ao dos Estados Unidos, basicamente, mas é referido por Schwartzman como “norte-americano”. In: SCHWARTZMAN, 2014, p. 23. Aqui, quando mencionarmos a definição do autor, utilizaremos “norte-americano”, porém quando abordarmos o modelo ao longo do texto nos referiremos a ele como “estadunidense”.

¹⁶ Idem. p. 22.

¹⁷ O “modelo de Humboldt” é uma denominação que crê pesquisa e ensino como indissociáveis. In: SCHWARTZMAN, 2014, p.23.

(Estado cultural), que se dão pelo incentivo da formação e da investigação. Para Schwartzman, o modelo de Humboldt é uma antiga metáfora da academia clássica na Alemanha, sendo “fruto do surgimento da época moderna e da formação dos Estados Nacionais no final do século XVIII e início do século XIX”.¹⁸

Esta universidade dependia do Império para funcionar, porém era dirigida pelos catedráticos, selecionados por critérios rigorosos de exigência. Se consolidou, então, como uma instituição que organizava a elite intelectual, administrativa e política da Alemanha. Inicialmente, era constituída pelas áreas de direito, medicina e filosofia/teologia, mas aos poucos incorporou as ciências naturais (que marcaram a dissociação de ensino e pesquisa, já que esta era realizada em organização a parte).

O modelo inglês, fundamentado na aura das universidades de Cambridge e de Oxford, foi constituído, desde a Idade Média, a partir de “associações de *colleges* autônomos”¹⁹. O modelo se manteve basicamente no formato no qual foi fundado, tendo apenas incorporado as ciências naturais e os departamentos dedicados a elas. Porém, ainda que tenha realizado essa conjunção, não deixou sua função principal: a de formar as elites políticas, econômicas e administrativas do Império Britânico. Dentre os três modelos aqui apresentados, se apresenta como o mais estável.

Ainda que não tenham sido instituições dependentes do governo, esta estabilidade talvez se justifique por conta do sistema imperial do Reino Unido, que não passou por tantas turbulências, se comparado ao império francês e ao alemão. Além disso, a Inglaterra nunca desenvolveu, segundo Schwartzman, um sistema paralelo de pesquisa científica e tecnológica, deixando essa área nas mãos do setor privado²⁰. Assim, o sistema inglês se manteve elitista até 1960, quando foram introduzidas as escolas politécnicas e *colleges* públicos (mesmo em sistema dual, unificado por volta de 1990).

O quarto modelo, não citado acima como originário, sendo o mais recente temporalmente, é o norte-americano, que é reconhecido na reputação das

¹⁸ Idem. pp. 9-10

¹⁹ Idem. p. 23.

²⁰ Idem. p. 24.

universidades de Harvard, Yale, Princeton e Columbia. Estas foram criadas a partir do modelo de *Colleges* ingleses, ainda no período colonial, no século XVIII, e só incorporaram pesquisa científica e tecnológica no século XX, inicialmente, custeadas pelo setor privado. Com a criação das faculdades de pós-graduação, que estabeleceram as carreiras de pesquisadores e doutores, os Estados Unidos assumiram a dianteira mundial no que se refere à produção científica e tecnológica, ainda que nunca tenham tido uma universidade pública nacional. Segundo Schwartzman,

Em meados do século XIX, os estados americanos começaram a doar terrenos para a criação de escolas superiores que ficaram conhecidas como *land-grant colleges*, dedicadas à educação em 'agricultura, tática militar e artes mecânicas', assim como aos estudos clássicos de letras, humanidades e artes para a população mais pobre, sem, no entanto, o caráter extremamente elitista das universidades europeias (grifo do autor).²¹

As universidades estadunidenses passaram a se pautar na ideia de cooperação intelectual, o que em longo prazo, instigou a construção de uma cosmovisão comum de área. No início do século XX, em meados de 1910, 1920, vimos intelectuais estadunidenses viajando pela América e fazendo intercâmbio ou trabalhando como colaboradores em universidades da Argentina, Brasil, e outros países da América Latina. Um dos casos é o de Leo S. Rowe, descrito por Ricardo Salvatore, no texto *Saber Hemisférico e dissonâncias locais. Leo S. Rowe na Argentina, 1906-1919*²².

Rowe, professor de direito e governabilidade na Universidade da Pensilvânia, estudou sobre América Latina e foi de uma geração que combinou demandas progressistas com fundamentos conservadores na economia, na política e no direito, por isso, acreditava na responsabilidade do intelectual na sociedade e no encaminhamento das propostas governamentais. O estudioso teve um papel importante na trajetória das universidades aqui disposta, pois participou de um micro

²¹ Idem. p. 24.

²² SALVATORE, Ricardo. Saber Hemisférico y dissonâncias locales. Leo S. Rowe em Argentina, 1906-1919, pp. 327-365. In.: SALVATORE, Ricardo (dir.) *Los lugares del saber*. Contextos locales y redes transnacionales em la formación del conocimiento moderno. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2007.

ensaio de uma nova política de persuasão hemisférica ditada pelo secretário Elihu Root²³, em 1906, que desembocou no conceito de panamericanismo.

Tal noção, segundo Salvatore, “era una compleja maquinaria de penetración comercial y cultural que se nutria de las más variadas ideas, tecnologías y acciones”²⁴. O discurso teria regulado as relações entre Estados Unidos e América do Sul no período, e podemos dizer que gerou traços permanentes nas relações entre as Américas. A ideia principal seria formatar uma política exterior organizada e negociada que fosse comum às Américas, evidenciando um maior papel de Argentina, Brasil e Chile na resolução de conflitos.

O surgimento da proposta universitária estadunidense evidenciou também que a Europa não seria o único local gerador de conhecimento e com Instituições de Ensino Superior de referência. Com o panamericanismo seria possível, na visão dos intelectuais alinhados com a ideia, e com a pauta de Root, realizar um giro referencial na teleologia do progresso acadêmico e que tirasse o foco da Europa. Para isso, foi fundamental a inserção de intelectuais dos Estados Unidos em universidades importantes da América Latina.

Nesse sentido, a universidade teria um papel de prover recursos humanos para indústria, comércio, mas também para a liderança e para o governo, assim formando cidadãos para a vida pública. Considerando esse papel da instituição, ao criar pontos de influência intelectual (intercambiando professores ou enviando-os dos Estados Unidos para universidades na América do Sul), gerou-se influência no governo local. Segundo Salvatore,

En la proximidade de estas ideas y enunciaciones, los intelectuales locales se vieron tentados a revisar su europeísmo, a reconsiderar las ventajas del panamericanismo y a re-localizarla identidad y el proyecto ‘argentinos’ dentro de los nuevos parámetros sugeridos por el intelectual estadounidense. Estos parámetros – aunque no totalmente nuevos – implicaban un cambio de énfasis, ya que se ponía a las cuestiones del derecho internacional, la gobernabilidad

²³ Secretário de Estado de Theodore Roosevelt (1905-1909), e Secretário “de Guerra” ou de Defesa nos governos de Roosevelt e de William McKinley (1899-1904).

²⁴ SALVATORE, Op. cit. p.329.

democrática, las universidades de investigación y el 'progreso' ahora definido em relación al avance tecnológico de Estados Unidos como la 'civilización' ahora subsumida por la democracia y el modo de vida 'americanos' passaban a definirse em términos diferentes a los 'europeus'.²⁵

Ou seja, as ideias (quaisquer que fossem) chegaram aos países da América do Sul por meio das universidades que receberam intelectuais estadunidenses que se inseriram em posições chave nas instituições educativas e formaram redes que difundiram determinados discursos, visando hegemonia. Tais enunciações que se pretendiam hegemônicas ressoaram e geraram diversos graus de consenso local. Aqui é importante ressaltar que ainda que tenha havido ressonância de ideias promovidas pelos Estados Unidos no sentido de promover hegemonia e impacto na governabilidade dos países em que se inseriram por meio de seus intelectuais, a rede local formada não foi passiva, mas viva: formou, reformou, difundiu, discordou e reorganizou as ideias, adaptando-as de forma ativa. Ainda que a influência tenha existido, houve dissonâncias.

Portanto, compreendendo a formação das redes de informação e as propostas do governo dos Estados Unidos no sentido de formar um panamericanismo no início do século XX, podemos compreender como as universidades exercem um papel determinante na construção da elite pensante, também política, de um país. Isso faz com que tenhamos a noção da dimensão do papel da universidade, e que compreendamos a importância de conhecer os modelos originários, sua história e as permanências e refrações nas nossas instituições de ensino do século XXI, pois as escolhas de referencial a seguir no momento da criação de universidades partem de projetos políticos mais ou menos alinhados com a democratização, a depender do governo em vigência.

A universidade, independentemente de a influência formativa ser das instituições francesas, alemãs ou inglesas, se consolidou no Brasil, e no mundo, como palco formador de intelectuais e de recursos humanos a serem utilizados em posições

²⁵ Idem. p. 330

importantes dos governos mundiais, mas também seguiu constituindo a trajetória profissional da elite. Segundo Chauí,²⁶ “por imposição econômica, que levou ao aumento do tempo de escolarização, a fim de manter boa parte da mão-de-obra fora do mercado”, um crescente número de alunos finalizava seus estudos nos liceus, ampliando os quadros técnico-administrativos, portanto, não passando pela universidade.

Assim, as instituições de ensino superior foram, ao longo dos séculos, tomando função seletiva e de promoção social, já que os diplomas eram valorizados e traziam prestígio para quem os possuía. Os diplomados, habitualmente, até fins do século XX, conseguiram por muitos anos se inserir nos melhores postos profissionais, gerar ativos e opinar ou participar do governo, pois o diploma universitário era um passaporte para manter uma vivência confortável no planeta.

Após uma série de movimentações estudantis na Europa, em 1968, a universidade europeia “se democratizou”, segundo Chauí, “abrindo portas para um número crescente de alunos”²⁷, o que se tornou uma questão, já que “se todos podem cursar a universidade, a sociedade capitalista se vê forçada a repor, por meio de mecanismos administrativos e de mercado, os critérios de seleção” da elite. Além disso, a democratização da universidade implicou na desvalorização dos diplomas, desemprego e, ainda, colocou a universidade em uma posição de não conseguir produzir uma “cultura útil”: sem fornecer emprego, prestígio, funcionalidade. Tornou-se um peso morto para o Estado, segundo a autora, que “passou a limitar-lhe recursos”.²⁸

Para Chauí, essa movimentação conduziu a universidade europeia a novos rumos e propostas alternativas: a de criar uma cultura que demolisse a divisão do trabalho intelectual e manual; e substituir a noção de “cultura útil” por “cultura rebelde”, ou “cultura separada”²⁹. Conforme a autora, nenhuma dessas proposições se cumpriu

²⁶ CHAUI, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001. p. 164.

²⁷ Idem. p. 44.

²⁸ Idem. Ibidem.

²⁹ Idem. p. 45.

na França, na Alemanha, Itália ou Inglaterra, o que, claramente, não significou o fim da universidade na Europa.

As universidades no Brasil

As primeiras faculdades criadas no Brasil surgiram da necessidade de mudança da Corte Portuguesa, em 1808. Houve uma emulação do modelo francês, ou seja, de escolas profissionais organizadas, mantidas e supervisionadas pelo Estado. As primeiras foram: a Real Academia Militar no Rio de Janeiro (escola militar e de engenharia); Escola de Medicina da Bahia, Escola de Medicina do Rio de Janeiro, Escola de Direito de Recife e Escola de Direito de São Paulo.

Há muita disputa pelo título de primeira universidade brasileira, porém, elencaremos a Universidade de São Paulo, fundada em 1934, por Getúlio Vargas, como referência, tendo em vista a sua criação partindo da concepção de um projeto organizado por Armando de Salles Oliveira, Fernando de Azevedo, Antônio Almeida Jr., A. de Sampaio Dória, Argesilau A. Bitancout, Vicente Rao, F. A. da Fonseca Telles, Cristiano Altenfelder Silva e Henrique Rocha Lima, além de Júlio de Mesquita Filho³⁰. O projeto pretendia unir três áreas científicas (ciências humanas, ciências exatas e biológicas) em um único espaço intelectual, a ser reunido na gleba Butantã. Ainda que o projeto não tenha funcionado como o imaginado, as discussões entre tais intelectuais geraram a união da Escola de Direito do Largo São Francisco, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, da Escola Politécnica e a Faculdade de Medicina de São Paulo.

Antes da USP, o Brasil possuía apenas algumas faculdades isoladas para a certificação, em especial, de medicina, direito e engenharia. Algumas eram estatais, outras federais, algumas privadas, outras religiosas. No fim da década de 1930, o governo federal criou a Universidade do Brasil do Rio de Janeiro, que nunca se transformou em uma universidade nacional. Por isso, o Brasil é exceção no quadro

³⁰ CASTILHO, Fausto. SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu de. *O conceito de universidade no projeto da UNICAMP*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

regionalização/privatização do XIX, demorando bastante tempo para abrir caminho e possibilidade para a educação superior.

O modelo elitista da universidade, baseado no sistema francês (mescla do modelo napoleônico com o precedente) permaneceu no Brasil ao longo dos anos, até que a modernização da universidade brasileira entrou na ordem do dia. Nos anos 1960, os debates mais influentes partiam das agências estatais norte-americanas³¹. As teorias de modernização advinham, principalmente, dos Estados Unidos, e continuavam a tradição iniciada nos tempos de Root e Rowe, porém nesse momento, encabeçadas pela gestão Kennedy:

A melhor maneira de vencer o desafio revolucionário era modernizar os países 'atrasados', considerados presas fáceis do inimigo comunista. E a educação era um dos setores prioritários da pauta modernizadora, por seus efeitos multiplicadores e por inculcar valores nos jovens.³²

A partir dessa pauta, observamos o papel central das agências estadunidenses no processo de “modernização” das universidades brasileiras, como da Usaid, porém, segundo Motta, também podemos notar a influência de fundações como Ford e Rockefeller. Com o golpe civil-militar de 1964, houve a vitória dos modelos de modernização pautados no autoritarismo e liberal-conservadores, que desembocaram em práticas repressivas e que provocaram também, posteriormente, o afastamento do Brasil e dos Estados Unidos nos anos 1970.³³

Para Motta, a modernização conservadora no Brasil faz parte de uma cultura política³⁴. Nesse processo, “o novo negocia com o velho, que mantém em vigor e atualiza certos traços do passado, enquanto outros são transformados. Pode-se

³¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar*. Cultura Política brasileira e a modernização autoritária. Versão e-book. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014. p.13

³² Idem. *Ibidem*.

³³ Idem. p. 16.

³⁴ Aqui utilizaremos a definição de cultura política cunhada por Motta: “um conjunto de valores, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando uma identidade coletiva à base de leituras comuns do passado e inspirando projetos políticos direcionados para o futuro” Idem. p. 19.

chamar isso de arte de fazer mudanças conservando”.³⁵ Tal tradição conciliatória promoveu a prática da acomodação de interesses de grupos em disputa, evitando conflitos e rupturas radicais.

Com essa movimentação modernizadora/conservadora ocorrida no período da Ditadura Militar, as universidades foram diretamente afetadas. Uma reforma, realizada a partir de 1968, sob a proteção do Ato Institucional n.5 e do Decreto n.477, erradicou “a possibilidade de contestação interna para atender às demandas de ascensão e prestígio sociais de uma classe média que apoiara o golpe de 64 e reclamava sua recompensa”.³⁶

A universidade brasileira passou a ser departamentalizada - concepção de Darcy Ribeiro (visando a democratização do espaço e do fim das cátedras) que foi transfigurada para significar a reunião “num mesmo departamento [de] todas as disciplinas afins, de modo a oferecer cursos num mesmo espaço,..., com o menor gasto material, sem aumentar o número de professores”³⁷, o que facilitou o controle administrativo, e ideológico, de todos os agentes envolvidos, tanto de professores, como de alunos.

Na reforma pode-se encontrar muito de redução de custos, aumento de controle de professores e alunos, burocratização, ampliação da quantidade de alunos (que, seguindo a definição de Martin Trow³⁸, não chegou a passar do patamar de elite para o de massas), e fragmentação da comunidade e da comunicação. Tudo isso diminuiu consideravelmente a concepção de campo e de autonomia do espaço, fazendo com que houvesse heterogeneidade interna e, conseqüentemente, maior aceitação de demandas externas. Ou seja, retomando Bourdieu, quanto mais heterogêneo o grupo que convive na comunidade, mais fácil o controle, e menor é a

³⁵ Idem. p. 18.

³⁶ CHAUI. Op. Cit. p. 48.

³⁷ Idem. Ibidem.

³⁸ TROW, Martin. Reflections on the transition from Elite to Mass to Universal Access: Forms and Phases on Higher education in modern societies since WWII. *eScholarship Repository*, University of California. 2005.

transfiguração das demandas externas. Assim, tivemos um aumento da entrada de estudantes, e uma diminuição na qualidade dos cursos.³⁹

Após as reformas dos anos 1960, o momento mais significativo na trajetória das universidades brasileiras ocorreu nos anos 2000 com a implementação de programas, mencionados acima, como ProUni, Fies, Expandir e REUNI. Dentre eles, para a universidade pública brasileira, os dois últimos foram bastante significativos, pois a partir deles preconizou-se

[...] condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior⁴⁰.

O número de matrículas nas Instituições de Ensino Superior federais, em 2003, quando do lançamento do Projeto Expandir, era de 567.101, enquanto em 2006 era de 589.821, significando um aumento de 4% de matrículas no período 2003-2006. Com o REUNI, o número de matrículas no fim de 2010, atingiu o número de 833.934, o que significou um aumento de 41,4%.⁴¹ Além disso, a partir do programa de expansão dos campi para regiões interioranas, o número de municípios atendidos pelas Instituições Federais de Ensino Superior aumentou de 114 em 2003, para 237, no fim de 2011.⁴² Isso mudou a perspectiva de possibilidade de estudos além do Ensino Médio para grande parte da população de jovens de 18 a 24 anos, mas também abriu novas possibilidades de trabalho para os jovens mestres e doutores que ingressaram como professores desses novos *campi* universitários.

A criação de novas universidades federais, novos cursos de graduação presencial e novos campi universitários gerou demanda de trabalho para técnicos-

³⁹ CHAUI, Op. Cit. p. 50.

⁴⁰ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)*: diretrizes gerais. Agosto/2007. p. 10

⁴¹ TRAINA-CHACON, José-Marcelo, CALDERÓN, Adolfo-Ignacio. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, Vol. IV, n. 17, pp. 78-100, 2015. p. 90

⁴² Idem. Ibidem.

administrativos, docentes e vagas para discentes, mas também abriu espaço para a constatação de que uma nova concepção de universidade poderia ser desenvolvida (e muitas delas, como UNILA, UNILAB e UFFS⁴³ tinham a mudança de perspectiva já pontuada em seus projetos), tendo em vista que a universidade no Brasil, até então, não era suficientemente inclusiva, democrática e acessível para diversas camadas sociais. Porém, a universidade que se desenvolveu e se construiu nos anos 2000 após o Reuni é inclusiva ou o campo homogêneo e detentor do poder e das decisões refratou a política pública desenvolvida nos governos Lula 1 e 2 (2003-2006 e 2007-2010)?

Considerando que para Santos⁴⁴ “a universidade é um bem público intimamente ligado ao projeto de país”, ao analisarmos o contexto, podemos ressaltar que a trajetória da universidade no Brasil está diretamente relacionada às práticas e políticas de governo, a começar pela própria criação da Universidade de São Paulo, em 1934, que resultou de negociações do governo de Getúlio Vargas com a população paulista que clamava por atenção após a derrota de 1932⁴⁵.

Já nos anos 1960, observamos a influência da Ditadura Civil-Militar no planejamento e implementação de universidades públicas alinhadas com os propósitos do governo, como o caso da UFSP (Universidade Federal de São Paulo, projeto que não avançou), da UnB (Universidade de Brasília) e Unicamp (Universidade de Campinas), que se estruturaram a partir da influência das agências estadunidenses e pautaram seus projetos na redução de custos, na organização do planejamento do campus e da ideia de universidade, que se pretendia interdisciplinar e inovadora, porém, com isso, conseguia maior controle do espaço e pensamento acadêmico.

E, resguardadas as devidas proporções, observamos novamente a influência do Estado na universidade, implementando políticas públicas voltadas para a ampliação do acesso e interiorização dos campi, nos anos 2000, nos governos Lula 1

⁴³ UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana; UNILAB: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira; UFFS: Universidade Federal da Fronteira Sul;

⁴⁴ SANTOS, Boaventura de Souza. *A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2011. p. 87

⁴⁵ Cadernos da Assembleia Constituinte de 1933/1934 publicados pelo Jornal O Estado de São Paulo. Disponível em Arquivo Público do Estado de São Paulo. APESP. Microfilme 01.04.016.

e 2. Especialmente, após os programas Expandir e Reuni, tivemos a criação de 2249 cursos de graduação presencial nas universidades federais brasileiras nos primeiros 10 anos do milênio, número altíssimo em relação ao que o país tinha como referencial nos cem anos anteriores. Basta questionarmos a quais fins o Estado se relaciona com a universidade e com quais projetos tais políticas estão alinhadas, pois, historicamente, em nosso país, as universidades são palco (ou fruto) político de negociações entre elite e governo.

Considerações finais

A universidade é um microcosmo relativamente autônomo, que comporta personagens que se constroem diariamente a partir de noções fundamentadas sobre um pré-julgamento dos papéis que ocupam (aprendido na observação dos mesmos papéis em outras universidades: como ser aluno, como ser professor, etc.). Seus atores sabem se portar dentro desse espaço, que se constituiu como local de formação da elite, dos dirigentes governamentais e local de manutenção de privilégios.

Ao longo do século XX, a universidade brasileira foi sendo modificada e “modernizada”, porém nunca em sua posição elitizada, especialmente, se falamos de universidades públicas. Porém, com a reivindicação social por mais acesso à universidade pública no Brasil dos anos 2000, e com o aceno positivo do governo Lula para tal feito,⁴⁶ o orçamento foi ampliado e as universidades expandidas.

Porém, o foram com a proposta integradora, democratizadora: Universidades foram criadas, reestruturadas e expandidas no Brasil dos anos 2000 com a meta de ampliar o acesso, de massificar o ensino superior e de promover redução na desigualdade social, funções que enquanto instituição, nunca foram de sua responsabilidade.

⁴⁶ NICHTERWITZ, Fernanda. As fronteiras de uma Universidade: o município de Realeza/PR e a instalação do Campus da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon. 2017. p.28

Segundo Boaventura Santos,⁴⁷ a universidade sempre foi criticada por não ter tido o cuidado de mobilizar os conhecimentos acumulados em favor da resolução dos problemas sociais, e por não os ter utilizado em serviço dos grupos dominados. Para o autor, quando a estrutura universitária é posicionada para solucionar problemas sociais, ocorre uma crise de hegemonia. Associada a ela, está uma crise de legitimidade, que se dá quando a instituição aceita encarar o papel democratizante. Para Santos,

No momento em que a procura da universidade deixou de ser apenas a procura de excelência e passou a ser também a procura de democracia e de igualdade, os limites da congruência entre os princípios da universidade e os princípios da democracia e da igualdade tornaram-se mais visíveis: [...] Como fazer interiorizar numa instituição que é, ela própria, uma 'sociedade de classes' os ideais de democracia e de igualdade? [...] Como é possível, em vez disso, adaptar os padrões de educação às novas circunstâncias sem promover a mediocridade e descaracterizar a universidade?⁴⁸

No momento em que a universidade pública federal teve de modificar a forma de funcionamento, ou seja, em que houve uma “falência dos objetivos coletivamente assumidos” anteriormente ou em sua gênese, segundo Boaventura Souza Santos, há a possibilidade de que a universidade passe por uma crise de legitimidade que pode levá-la a uma crise institucional. Porém, “se [a universidade] não terminou e se, ao contrário, se transformou é porque algum papel lhe ainda foi atribuído pelo capitalismo, cuja lógica de bronze só conserva o que lhe serve,” é certo que lhe foi dado um novo papel a desempenhar”⁴⁹. Resta-nos averiguar seu novo papel e se a universidade, como conhecemos, sobreviverá.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **Os usos Sociais da Ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

⁴⁷ SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice*. O Social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2000. p. 187

⁴⁸ Idem. p. 212.

⁴⁹ CHAUI. Op. Cit. p. 45.

CASTILHO, Fausto. SOARES, Alexandre Guimarães Tadeu de. **O conceito de universidade no projeto da UNICAMP**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

CHAUI, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**: diretrizes gerais. Agosto/2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**. Cultura Política brasileira e a modernização autoritária. Versão e-book. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014.

NICHTERWITZ, Fernanda. As fronteiras de uma Universidade: o município de Realeza/PR e a instalação do Campus da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon. 2017.

SALMI, Jamil. Novos desafios para o ensino superior no século XXI. In: SCHWARTZMAN, Simon. **A Educação Superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

SALVATORE, Ricardo. Saber Hemisférico y dissonâncias locais. Leo S. Rowe em Argentina, 1906-1919, pp. 327-365. In.: SALVATORE, Ricardo (dir.) **Los lugares del saber**. Contextos locales y redes transnacionales em la formación del conocimiento moderno. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Universidade no Século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice**. O Social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2000.

SCHWARTZMAN, Simon. A Educação Superior e os desafios do século XXI: Uma introdução. In: SCHWARTZMAN, Simon. **A Educação Superior na América Latina e os desafios do século XXI**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

TRAINA-CHACON, José-Marcelo, CALDERÓN, Adolfo-Ignacio. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, Vol. IV, n. 17, pp. 78-100, 2015.

TROW, Martin. **Reflections on the transition from Elite to Mass to Universal** Access: Forms and Phases on Higher education in modern societies since WWII. *eScholarship Repository*, University of California. 2005.

Recebido em 02 de abril de 2023
Aprovado em 05 de maio de 2023

